



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECIONAL – 156/2012

Unidade Judiciária: 2ª Vara do Trabalho de Gramado

Data da instalação da Unidade Judiciária: 23.09.2005

Municípios jurisdicionados: Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula

Data da última inspeção correcional: 05.07.2011

**Data da presente inspeção: 13.11.2012**

### Introdução

No dia 13 de novembro de 2012, a Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **CLEUSA REGINA HALFEN**, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Gramado, em correição ordinária anual, nos termos legais e regimentais, acompanhada da Assessora Jurídica da Corregedoria, Bruna Calsing, sendo recebidas pelo Juiz do Trabalho Substituto, Paulo Cezar Herbst, pelo Diretor de Secretaria Substituto, Augusto Gomes de Freitas Vidal, pelos servidores Cássia Viola Beck, Daiane de Moraes, Ênio Luís Santos de Freitas, Fábio Simões da Costa, Leonor Guimarães da Silva, Luiz Augusto Castro Barcellos, Maria Ester Cavalheiro, Maurício Rodrigues Costa e pela estagiária, Ágata Stopassola da Silva. Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o juiz, os servidores e a estagiária da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Gramado, das 14h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e dos demais interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, tendo comparecido, para esse fim, as Advogadas Ângela Chiarello Höehr (OAB/RS nº 42.613), Célia Rodrigues (OAB/RS nº 14.247) e Rafaela Luchi Albrecht (OAB/RS nº 66.829), que teceram elogios aos atuais Magistrados e aos Servidores pelo eficiente trabalho prestado junto à Vara do Trabalho inspecionada.

Sinala-se que, em termos gerais, a Unidade Judiciária apresentou desempenho muito bom no período avaliado, destacando-se o atendimento às metas de capacitação de servidores e juizes para os anos de 2010, 2011 e 2012, a redução dos processos pendentes de execução no ano de 2012, o julgamento de todos os processos ajuizados até o ano de 2008, os excelentes índices de conciliação na fase de instrução alcançados nos últimos 3 anos, a redução do prazo médio para realização das audiências que foi verificada no ano de 2011, os excelentes prazos médios de tramitação dos processos em fase de execução nos últimos três anos e o excelente número de execuções encerradas definitivamente no período de janeiro a setembro deste ano, o que levou ao atingimento antecipado da meta 17 do CNJ para 2012. Também se ressalta que o Juiz Paulo Cezar Herbst não tem pendências de sentenças em nenhuma das fases processuais. Com base nos dados levantados e nos



processos relacionados, são registradas algumas observações e recomendações neste documento.

## 1. Corpo Funcional

### 1.1. Juízes do Trabalho

Nos termos da Portaria nº 01/2012, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Gramado pertence à 61ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª Vara do Trabalho de Gramado, com a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Taquara, com a Vara do Trabalho de Estância Velha e com a 1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Sapiranga. Essa circunscrição compreende 5 vagas de zoneamento.

O Juiz **Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa** foi o Titular da Unidade Judiciária no período de 02.05.2007 a 27.05.2012. Esse Magistrado tomou posse como Desembargador deste Regional em 28.05.2012.

O atual Titular da 2ª Vara do Trabalho de Gramado é o Juiz **Ricardo Fioreze**, desde 20.06.2012, afastado da Unidade Judiciária para atuar como Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional deste TRT4. Em virtude da convocação do Juiz Titular, o Juiz Substituto **Paulo Cezar Herbst** está atuando na Unidade Judiciária desde 29.10.2012 até 19.12.2012.

Os Juízes do Trabalho **Daniela Floss**, **Fernanda Probst Marca**, **Giovani Martins de Oliveira** e **Rafaela Duarte Costa** atuaram na Unidade Judiciária durante o período avaliado, de 01.01.2011 a 13.11.2012, nos períodos constantes do quadro abaixo.



Juiz do Trabalho	Atividade/Situação	Afastamento/dias
<b>Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa</b>	<b>Juiz do Trabalho Titular da Unidade Judiciária de 02.05.2007 a 27.05.2012;</b>  Tomou posse como Desembargador deste Regional em 28.05.2012.	<b>07.01.2011 a 06.02.2011</b> (31 dias) – Convocação para atuar no TRT;  <b>07.02.2011 a 08.03.2011</b> (30 dias) – Férias;  <b>09.03.2011 a 20.03.2011</b> (12 dias) – Convocação para atuar no TRT;  <b>21.03.2011 a 05.04.2011</b> (16 dias) – Férias;  <b>06.04.2011</b> (1 dia) – Relatar no TRT processos aos quais estava vinculado;  <b>07.04.2011 a 12.04.2011</b> (6 dias) – Férias;  <b>13.04.2011 e 14.04.2011</b> (2 dias) – P.A.;  <b>15.04.2011 a 19.04.2011</b> (5 dias) – Férias;  <b>25.04.2011 e 26.04.2011</b> (2 dias) – P.A.;  <b>20.05.2011 a 08.01.2012</b> (234 dias) – Convocação para atuar no TRT;  <b>09.01.2012 a 07.02.2012</b> (30 dias) – Férias;  <b>08.02.2012 a 27.05.2012</b> (110 dias) – Convocação para atuar no TRT.



Paulo Cezar Herbst	<p><b>Atuou</b>, no período de 07.01.2011 a 06.02.2011, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT;</p> <p><b>Atuou</b>, no período 07.02.2011 a 08.03.2011, em virtude de férias do Juiz Titular;</p> <p><b>Atuou</b>, no período de 09.03.2011 a 20.03.2011, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT;</p> <p><b>Atuou</b>, no período 21.03.2011 a 05.04.2011, em virtude de férias do Juiz Titular;</p> <p><b>Atuou</b>, no dia 06.04.2011, em virtude da convocação do Juiz Titular para o TRT, a fim de relatar os processos aos quais estava vinculado;</p> <p><b>Atuou</b>, no período 07.04.2011 a 10.04.2011, em virtude de férias do Juiz Titular.</p>	-
Daniela Floss	<p><b>Atuou</b>, no período de 11.04.2011 a 19.04.2011, em virtude de férias do Juiz Titular;</p> <p><b>Atuou</b>, nos dias 25.04.2011 e 26.04.2011, em virtude do afastamento do Juiz Titular (PA).</p>	-



Paulo Cezar Herbst	<p><b>Atuou</b>, no período de 20.05.2011 a 11.09.2011, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT;</p> <p><b>Atuou</b>, no período de 10.10.2011 a 19.12.2011, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT;</p> <p><b>Atuou</b>, no período de 10.10.2011 a 19.12.2011, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT;</p> <p><b>Respondeu</b> pela Unidade Judiciária, no período de 20.12.2011 a 08.01.2012, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT (recesso);</p> <p><b>Atuou</b>, no período 09.01.2012 a 05.02.2012, em virtude de férias do Juiz Titular.</p>	-
Fernanda Probst Marca	<p><b>Respondeu</b> pela Unidade Judiciária, no período de 08.02.2012 a 12.02.2012, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT (sem pauta).</p>	-
Paulo Cezar Herbst	<p><b>Atuou</b>, no período de 13.02.2012 a 27.05.2012, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT.</p>	-
Giovani Martins de Oliveira	<p><b>Atuou</b>, no dia 18.04.2012, em virtude do processo do impedimento do Juiz Substituto designado (Paulo Cezar Herbst).</p>	-
Paulo Cezar Herbst	<p><b>Atuou</b>, no período de 28.05.2012 a 19.06.2012, em virtude da vacância da titularidade da Vara do Trabalho.</p>	-



Ricardo Fioreze	Juiz do Trabalho Titular da Unidade Judiciária desde 20.06.2012.	<b>20.06.2012 a 15.07.2012</b> (26 dias) – Convocação para atuar no TRT – Juiz Auxiliar da Corregedoria; <b>16.07.2012 a 20.07.2012</b> (5 dias) – Férias; <b>21.07.2012 a 19.12.2012</b> (152 dias) – Convocação para atuar no TRT – Juiz Auxiliar da Corregedoria.
Paulo Cezar Herbst	<b>Atuou</b> , no período de 20.06.2012 a 15.07.2012, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT – Juiz Auxiliar da Corregedoria; <b>Atuou</b> , no período 16.07.2012 a 14.10.2012, em virtude de férias do Juiz Titular.	-
Artur Peixoto San Martin	<b>Respondeu</b> pela Unidade Judiciária, no período de 15.10.2012 a 28.10.2012, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT – Juiz Auxiliar da Corregedoria.	-
Paulo Cezar Herbst	<b>Atua</b> , desde 29.10.2012 até 19.12.2012, em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT – Juiz Auxiliar da Corregedoria.	-

\* P.A. = Processo Administrativo

\* LTS = Licença para Tratamento de Saúde

Verifica-se nos dados supraexpostos que o Juiz Titular, **Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa**, entre 02.05.2007 a 27.05.2012, se afastou por 479 dias, no ano de 2011 e até 27.05.2012, dos quais 87 dias decorreram do gozo de férias em 5 períodos, 4 dias de afastamento para participar de reuniões fora do Estado, 387 dias de convocação para atuar neste Tribunal e 1 dia de afastamento para relatar os processos aos quais estava designado.

O atual Juiz Titular, **Ricardo Fioreze**, está afastado da Unidade Judiciária desde a sua designação, em 20.06.2012, em virtude da convocação para atuar como Juiz Auxiliar da Corregedoria do TRT.



### 1.1.1. Assiduidade dos Juízes

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, constatou-se que o Juiz **Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa** sempre compareceu com assiduidade à Unidade Judiciária, à exceção dos períodos de afastamento descritos no item anterior.

### 1.2. Servidores

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 23.10.2012, verificou-se que a Unidade Judiciária tem lotação de 11 servidores, relacionados no próximo quadro. Esse número é elevado para a média de sua movimentação processual nos últimos 3 anos, conforme o Anexo III da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011 do CSJT, a qual define como sendo de 9 a 10 o número adequado de servidores para Varas do Trabalho com movimentação processual de 751 a 1.000 processos ao ano.

Servidor	Cargo	Função	Lotação
Carolina da Silva Ferreira Afastada/Convocada para a Secretaria da Comissão de Concurso de Juiz do Trabalho Substituto/2012)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	14.05.2007
Cássia Viola Beck	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	22.06.2009
Gilmara Pavão Segala (Em Férias)	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC04)	12.07.2012
Leonor Guimarães da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	27.09.2005
Maurício Rodrigues Costa	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	23.09.2005
Fábio Simões da Costa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	26.10.2009
Daiane de Moraes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	20.01.2011
Maria Ester Cavalheiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Executante (FC01)	13.12.2005
Augusto Gomes de Freitas Vidal	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	02.06.2008



Ênio Luís Santos de Freitas	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	27.06.2008
Luiz Augusto Castro Barcellos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	06.07.2011

### 1.2.1. Alterações no Corpo Funcional da Unidade Judiciária

No período de 01.01.2011 até 23.10.2012, a Unidade Judiciária teve alteração no corpo funcional em relação a 3 servidores, como se vê no quadro a seguir.

Servidor	Lotação	Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
Mariana Chagas Rosa Nienow Pereira	11.12.2009	<b>06.02.2011</b>	1 ano, 1 mês e 26 dias	Remoção por Permuta em Triangulação – TRT da 2ª Região
Alessandra Montano Wilhelms	27.10.2010	<b>25.05.2011</b>	6 meses e 29 dias	Lotação no Gab. do Des. Flávio Portinho Sirangelo – Assistente de Gabinete (FC05)
Ricardo Florence Teixeira Ferrer	21.09.2010	<b>03.07.2011</b>	9 meses e 13 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Estância Velha

Os 3 servidores que deixaram de integrar a Unidade Judiciária não chegaram a completar 1 ano e 2 meses de lotação, sendo que a servidora que menos tempo permaneceu, Alessandra Montano Wilhelms, saiu da Vara inspecionada a fim de ocupar função comissionada de Assistente de Gabinete (FC05). Portanto, considera-se pequena movimentação no corpo funcional da Unidade Judiciária nos últimos 23 meses.

### 1.2.2. Afastamentos dos Servidores

No período de 01.01.2011 até 23.10.2012, os afastamentos dos servidores da Unidade Judiciária totalizaram 302 dias, conforme o detalhamento apresentado no quadro seguinte.



## PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Servidor	Motivo	Período	
Augusto Gomes de Freitas Vidal	Curso ou Evento	em 09.05.2012 em 05.10.2012 <b>Total:</b>	1 dia 1 dia <b>2 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 30.06.2011	<b>1 dia</b>
	Licença-paternidade	de 30.03.2011 a 03.04.2011	<b>5 dias</b>
Carolina da Silva Ferreira	Afastamento Integral do Servidor por Convocação (Secretaria da Comissão de Concurso para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto - 2012)	de 19.03.2012 a 20.04.2012 de 21.04.2012 a 30.06.2012 de 01.07.2012 a 23.10.2012* <b>Total:</b>	33 dias 71 dias 113 dias <b>217 dias</b>
	Curso ou Evento	em 20.05.2011 em 03.06.2011 de 18.08.2011 a 19.08.2011 em 10.11.2011 em 11.11.2011 de 24.11.2011 a 25.11.2011 <b>Total:</b>	1 dia 1 dia 2 dias 1 dia 1 dia 2 dias <b>8 dias</b>
	Júri e outros Serviços Obrigatórios por Lei	em 07.02.2012	<b>1 dia</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 20.01.2012	<b>1 dia</b>
	Curso ou Evento	em 13.04.2012 de 16.08.2012 a 17.08.2012 em 05.10.2012 <b>Total:</b>	1 dia 2 dias 1 dia <b>4 dias</b>
Cássia Viola Beck	Doação de Sangue	em 05.07.2011	<b>1 dia</b>
	Curso ou Evento	em 13.04.2012 em 20.04.2012 em 05.10.2012 <b>Total:</b>	1 dia 1 dia 1 dia <b>3 dias</b>
Daiane de Moraes (desde 20.01.2011)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 04.04.2011 a 05.04.2011 de 10.05.2011 a 13.05.2011 de 17.05.2011 a 30.05.2011 <b>Total:</b>	2 dias 4 dias 14 dias <b>20 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 25.03.2011 de 13.05.2011 a 18.05.2011 <b>Total:</b>	1 dia 6 dias <b>7 dias</b>
Ênio Luís Santos de Freitas	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 25.03.2011 de 13.05.2011 a 18.05.2011 <b>Total:</b>	1 dia 6 dias <b>7 dias</b>
Fábio Simões da Costa	Curso ou Evento	em 13.04.2012	<b>1 dia</b>
Gilmara Pavão Segala (desde 12.07.2012)	Doença em Pessoa da Família	de 15.10.2012 a 17.10.2012 em 22.10.2012 <b>Total:</b>	3 dias 1 dia <b>4 dias</b>
Leonor Guimarães da Silva	Curso ou Evento	em 13.04.2012 em 20.04.2012 em 05.10.2012 <b>Total:</b>	1 dia 1 dia 1 dia <b>3 dias</b>
Luiz Augusto Castro Barcellos (desde 06.07.2011)	Curso ou Evento	em 25.05.2012 de 16.08.2012 a 17.08.2012 <b>Total:</b>	1 dia 2 dias <b>3 dias</b>



	Doença em Pessoa da Família	em 10.10.2011	<b>1 dia</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 25.06.2012	<b>1 dia</b>
Maria Ester Cavalheiro	Curso ou Evento	em 13.04.2012 em 05.10.2012 <b>Total:</b>	1 dia 1 dia <b>2 dias</b>
	Doença em Pessoa da Família	de 10.11.2011 a 11.11.2011	<b>2 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 07.10.2011 a 11.10.2011 de 21.09.2012 a 26.09.2012 <b>Total:</b>	5 dias 6 dias <b>11 dias</b>
Maurício Rodrigues Costa	Curso ou Evento	de 08.09.2011 a 09.09.2011 em 13.04.2012 <b>Total:</b>	2 dias 1 dia <b>3 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 25.03.2011	<b>1 dia</b>

\* = Período oficial de convocação da servidora: 01.07.2012 a 30.11.2012 (Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas)

Dos 302 dias de afastamento dos servidores, 42 dias decorreram de licença para tratamento de saúde (LTS), 29 dias de participação em curso ou evento de capacitação funcional, 7 dias de doença em pessoa da família, 5 dias de licença-paternidade, 1 dia de doação de sangue, 1 dia de júri e outros serviços obrigatórios por lei e 217 dias de convocação da servidora Carolina da Silva Ferreira, Diretora de Secretaria da Vara do Trabalho inspecionada, para integrar a Secretaria da Comissão de Concurso para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto – 2012.

Verifica-se, assim, que, no período avaliado, os servidores da Unidade Judiciária se afastaram em virtude de LTS por 42 dias, número esse que é considerado reduzido, uma vez que 38 dias foram concedidos a 3 servidores. Tal dado é importante em razão da Meta 14 do CNJ para o ano de 2012 na Justiça do Trabalho, que propõe o estabelecimento de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 60% das Unidades Judiciárias e Administrativas.

### 1.2.3. Greve dos Servidores

Registra-se que não foram publicadas portarias de greve na Unidade Judiciária, suspendendo ou interrompendo prazos, em decorrência dos movimentos grevistas deflagrados pelos servidores do Judiciário Federal nos anos de 2011 e 2012.



### 1.3. Estagiários

A Unidade Judiciária conta com a estagiária de Direito Ágata Stopassola da Silva desde 01.06.2012.

### 1.4. Capacitação dos Magistrados e dos Servidores

A Meta 15 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012 propõe *capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica*. Igualmente, o Plano Estratégico Institucional deste TRT relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Gestão de Pessoas” (Objetivo Estratégico 1), impõe metas a serem observadas, quais sejam: *Envolver, comprometer e qualificar magistrados e servidores para o atingimento dos objetivos estratégicos. Foco: Implantar a gestão por competências alinhada à estratégia, priorizando a atividade-fim. Descrição: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores e garantir que possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando a gestão por competências*.

Um dos indicadores desse objetivo estratégico é o percentual de magistrados e servidores capacitados de cada Unidade Judiciária, a ser alcançado conforme o quadro seguinte.

Percentual de Magistrados Capacitados da Unidade	Metas do Plano Estratégico Institucional deste TRT					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	85%	85%	85%	85%	85%	85%
Situação da Unidade Judiciária	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	100%	100%	100%	-	-	-

Percentual de Servidores Capacitados da Unidade	Metas do Plano Estratégico Institucional deste TRT					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Situação da Unidade Judiciária	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	92,86%	78,57%	90,9%	-	-	-

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 23.10.2012, constatou-se que, no período de 01.01.2010



até 27.05.2012, o então Juiz Titular da Unidade Judiciária, **Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa**, frequentou cursos e eventos de capacitação funcional que totalizaram 62,2 horas. O atual Juiz Titular, **Ricardo Fioreze**, tem, no período de 20.06.2012 a 23.10.2012, o total de 62 horas de participação em cursos. Entretanto, somente o Magistrado **Ricardo Fioreze** participou de curso sobre processo eletrônico. Especificação no quadro que segue.

Magistrado	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em Processo Eletrônico
Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa	32,4 horas	21,8 horas	8 horas	0
<b>Ricardo Fioreze</b>	-	-	51 horas	11 horas

0 = Magistrado não tem capacitação durante a atuação na Unidade Judiciária no período

- = Magistrado não atuava Unidade Judiciária no período

Em relação aos servidores que trabalham nessa Unidade Judiciária, registra-se que, a Diretora de Secretaria, Carolina da Silva Ferreira, contabiliza 8 horas de participação em cursos sobre a implantação do processo eletrônico. O servidor Luiz Augusto Castro Barcellos frequentou, em 25.05.2012, o curso oferecido pelo TRT sobre processo judicial eletrônico denominado "Curso Preparação para Mudanças – Turma 6 – Caxias do Sul PJE", com carga horária de 8 horas. Dos demais 9 servidores, 1 conta com carga horária inferior a 11 horas, 3 contabilizam entre 50 e 100 horas, 2 registram mais de 100 horas e 3 superam 200 horas, sendo que, desses, o servidor Fábio Simões da Costa registra 329,2 horas de participação em cursos ou eventos desde janeiro de 2010.

Servidor	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em Processo Eletrônico
Augusto Gomes de Freitas Vidal	32,6 horas	145,4 horas	32 horas	0
<b>Carolina da Silva Ferreira - Gestora da Unidade Judiciária</b>	74 horas	72,9 horas	11 horas	8 horas
Cássia Viola Beck	46 horas	10,4 horas	41,6 horas	0
Daiane de Moraes (desde 20.01.2011)	-	37,4 horas	81,6 horas	0
Ênio Luís Santos de Freitas	8 horas	2,4 horas	0	0



Fábio Simões da Costa	41,6 horas	275 horas	12,6 horas	0
Gilmara Pavão Segala (desde 12.07.2012)	-	-	203,5 horas	0
Leonor Guimarães da Silva	17,6 horas	2,4 horas	31,6 horas	0
Luiz Augusto Castro Barcellos (desde 06.07.2011)	-	2,4 horas	26 horas	8 horas
Maria Ester Cavalheiro	32 horas	32,4 horas	13,6 horas	0
Maurício Rodrigues Costa	79,6 horas	54,4 horas	27,6 horas	0

0 = Servidor não tem capacitação durante o exercício na Unidade Judiciária no período  
- = Servidor não estava lotado na Unidade Judiciária no período

Complementando a tabela acima, e a fim de verificar o percentual de servidores capacitados, o quadro que segue registra a carga horária de capacitação de todos os servidores que estiveram em exercício na Vara do Trabalho, entre 2010 e 2012, e que não mais se encontram lotados na Unidade.

Servidor	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em Processo Eletrônico
Andréia Gomes Candatem Machado (até 24.10.2010)	24,6 horas	-	-	0
Mariana Chagas Rosa Nienow Pereira (até 06.02.2011)	16,6 horas	0	-	0
Alessandra Montano Wilhelms (até 25.05.2011)	15,2 horas	0	-	0
Ricardo Florence Teixeira Ferrer (até 03.07.2011)	138 horas	0	-	0

0 = Servidor não tem capacitação durante o exercício na Unidade Judiciária no período  
- = Servidor não estava lotado na Unidade Judiciária no período

**Dessa forma, havendo cumprimento da Meta pelos magistrados e pelos servidores, recomenda-se à Diretora de Secretaria, e, no seu afastamento, ao Diretor de Secretaria Substituto, que continue viabilizando a participação dos servidores da Unidade Judiciária em cursos e eventos que contribuam para o exercício de suas atividades, especialmente aqueles que contabilizaram menor carga horária no último período, orientando-os sobre a importância do aprimoramento da capacitação funcional.**



## 2. Dados Estatísticos da Unidade Judiciária

### 2.1. Processos pendentes

Houve pequena redução do número total de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária, levando-se em conta os dados dos meses de dezembro de 2011 (583 processos) e setembro de 2012 (550 processos), com destaque para a diminuição do número de processos pendentes de execução, como dá conta o quadro seguinte.

Mês/Ano	Processos Pendentes de Cognição	Processos Pendentes de Liquidação	Processos Pendentes de Execução	Total de Processos Pendentes
<b>dez/2010</b>	<b>140</b>	<b>89</b>	<b>299</b>	<b>528</b>
jan/2011	167	92	301	560
fev/2011	169	84	315	568
mar/2011	202	80	319	601
abr/2011	217	67	326	610
mai/2011	205	63	321	589
jun/2011	197	62	322	581
jul/2011	193	59	313	565
ago/2011	197	61	342	600
set/2011	211	59	320	590
out/2011	218	64	315	597
nov/2011	236	55	315	606
<b>dez/2011</b>	<b>215</b>	<b>51</b>	<b>317</b>	<b>583</b>
jan/2012	237	44	319	600
fev/2012	242	46	318	606
mar/2012	275	45	315	635
abr/2012	278	43	335	656
mai/2012	276	37	326	639
jun/2012	274	49	316	639
jul/2012	229	60	361	650
ago/2012	241	61	349	651



set/2012	237	57	256	550
----------	-----	----	-----	-----

## 2.2. – Processos em fase de conhecimento

### a) Processos ajuizados até 2007 pendentes de julgamento

A Meta 2 do CNJ para o ano 2010 é Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007. Mediante consulta ao sistema informatizado - inFOR constata-se que não há processos sem prolação de sentença até 31.12.2007, estando plenamente atingida a meta.

### b) Processos ajuizados em 2008 pendentes de julgamento

A Meta 2 do ano de 2012 do Conselho Nacional de Justiça recomenda Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, em 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, (dos processos distribuídos) em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual.

**Mediante consulta ao sistema informatizado - inFOR constata-se que não há processos sem prolação de sentença até 31.12.2008, já estando atingida a meta para o ano de 2012.**

### c) Reclamações trabalhistas ajuizadas e solucionadas

A Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2011 determina que deve ser julgada *quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.* Na 2ª Vara do Trabalho, o número total de ações solucionadas durante o ano de 2011 foi inferior ao número total de ações ajuizadas no mesmo lapso. Portanto, a meta não foi atingida, como se observa do quadro que segue.

Da mesma forma, os dados parciais do ano de 2012 demonstram que permanece superior o número de ações ajuizadas em relação ao de ações solucionadas da Unidade Judiciária, de modo que, com as informações obtidas até o mês de setembro, há a tendência de que não seja alcançada a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012, que é *Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012* em todo o Poder Judiciário.



Mês/Ano	Ajuizadas	Solucionadas	Desempenho%
<b>Total em 2010</b>	<b>721</b>	<b>817</b>	<b>113,31</b>
jan/2011	73	48	65,75
fev/2011	58	56	96,55
mar/2011	81	50	61,73
abr/2011	69	55	79,71
mai/2011	95	108	113,68
jun/2011	52	62	119,23
jul/2011	50	57	114
ago/2011	76	72	94,74
set/2011	48	38	79,17
out/2011	54	47	87,04
nov/2011	74	56	75,68
dez/2011	35	56	160
<b>Total em 2011</b>	<b>765</b>	<b>705</b>	<b>92,16</b>
jan/2012	69	47	68,12
fev/2012	57	52	91,23
mar/2012	102	69	67,65
abr/2012	67	64	95,52
mai/2012	82	86	104,88
jun/2012	77	80	103,9
jul/2012	74	93	125,68
ago/2012	78	66	84,62
set/2012	73	77	105,48
<b>Total de 2012 (parcial)</b>	<b>679</b>	<b>634</b>	<b>93,37</b>

Diante disso, recomenda-se à Unidade Judiciária que controle mensalmente a quantidade de processos solucionados em relação ao número de ações ajuizadas, concentrando esforços em



**medidas que melhorem o desempenho da Unidade Judiciária, tais como pautas específicas para tentativa de conciliação.**

d) Petições protocoladas

De acordo com a consulta feita ao sistema informatizado inFOR, a média de petições protocoladas **diariamente** na Unidade Judiciária no ano de 2011, considerando todas as fases processuais, foi de **29,97**, conforme se vê do quadro seguinte.

Mês	Total de Petições Protocoladas	Dias Úteis	Média/dia
jan/2011	453	17	26,65
fev/2011	539	20	26,95
mar/2011	624	21	29,71
abr/2011	572	18	31,78
mai/2011	696	22	31,64
jun/2011	586	19	30,84
jul/2011	657	21	31,29
ago/2011	630	22	28,64
set/2011	580	20	29,00
out/2011	562	19	29,58
nov/2011	573	19	30,16
dez/2011	421	12	35,08
<b>Total em 2011</b>	<b>6.893</b>	<b>230</b>	<b>29,97</b>
jan/2012	467	17	27,47
fev/2012	512	19	26,95
mar/2012	608	22	27,64
abr/2012	538	18	29,89
mai/2012	646	21	30,76
jun/2012	602	19	31,68
jul/2012	710	22	32,27



ago/2012	704	23	30,61
Set/2012	532	18	29,56
<b>Total em 2012</b>	<b>5.319</b>	<b>179</b>	<b>29,72</b>

## e) Processos solucionados por conciliação

Nos termos do Plano Estratégico Institucional deste TRT, relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Eficiência Operacional” (Objetivo Estratégico 1), foi estabelecido o seguinte: *Aprimorar, simplificar e agilizar as rotinas de trabalho (administrativas e judiciais). Descrição: Buscar uma melhoria contínua nas rotinas de trabalho, contribuindo para a redução do tempo de tramitação e contribuindo com a razoável duração do processo.* Entre os indicadores desse objetivo está o índice de conciliações na fase de conhecimento, cujas metas estabelecidas são as que seguem.

Índice de	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Acordos (conhecimento)</b>	43%	45%	48%	52%	58%	60%

Considerando as informações do quadro abaixo, verifica-se que, em 2010, 71,01% dos processos ajuizados foram solucionados por conciliação, ficando 28,01% acima do cumprimento da meta. Em 2011, esse índice caiu para 62,09%, ficando, mesmo assim, mais de 17 pontos percentuais acima da exigência da meta. Segundo os dados de 2012, ainda que parciais, verifica-se a tendência de que a Unidade Judiciária novamente alcance a meta proposta pelo Plano Estratégico do TRT4.

Mês/Ano	Ajuizadas	Conciliados	Sentença	Arquivados	Outros	Total de Solucionados	Percentual de Acordos (%)
<b>Total em 2010</b>	<b>721</b>	<b>512</b>	<b>198</b>	<b>63</b>	<b>44</b>	<b>817</b>	<b>71,01</b>
jan/2011	73	33	11	4	0	48	<b>45,21</b>
fev/2011	58	38	13	3	2	56	<b>65,52</b>
mar/2011	81	31	16	2	1	50	<b>38,27</b>
abr/2011	69	44	6	3	2	55	<b>63,77</b>
mai/2011	95	78	19	4	7	108	<b>82,11</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

jun/2011	52	42	11	6	3	62	<b>80,77</b>
jul/2011	50	42	13	2	0	57	<b>84</b>
ago/2011	76	46	22	2	2	72	<b>60,53</b>
set/2011	48	25	9	3	1	38	<b>52,08</b>
out/2011	54	24	21	2	0	47	<b>44,44</b>
nov/2011	74	30	19	3	4	56	<b>40,54</b>
dez/2011	35	42	7	2	5	56	<b>120</b>
<b>Total em 2011</b>	<b>765</b>	<b>475</b>	<b>167</b>	<b>36</b>	<b>27</b>	<b>705</b>	<b>62,09</b>
jan/2012	69	37	5	3	2	47	<b>53,62</b>
fev/2012	57	33	11	6	2	52	<b>57,89</b>
mar/2012	102	42	20	6	1	69	<b>41,18</b>
abr/2012	67	38	18	2	6	64	<b>56,72</b>
mai/2012	82	49	22	10	5	86	<b>59,76</b>
jun/2012	77	50	27	2	1	80	<b>64,94</b>
jul/2012	74	73	11	6	3	93	<b>98,65</b>
ago/2012	78	40	20	3	3	66	<b>51,28</b>
set/2012	73	43	21	1	12	77	<b>58,9</b>
<b>Total em 2012</b>	<b>679</b>	<b>405</b>	<b>155</b>	<b>39</b>	<b>35</b>	<b>634</b>	<b>59,65</b>

Diante disso, basta a manutenção do empenho na composição das lides, inclusive com incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação nos processos em fase de execução.

### 2.3. Audiências

#### a) Prazo médio para realização das audiências

Como se observa no próximo quadro, houve redução no prazo médio de realização das audiências no ano de 2011. Entretanto, em 2012 houve aumento do prazo para realização das audiências.



Em 2011, o prazo médio das audiências de prosseguimento era de 38,42 dias. Em setembro de 2012, esse prazo médio foi aumentado para 48 dias. Ainda que tenha havido melhorias em relação ao prazo médio para a realização de audiências iniciais dos processos de rito ordinário nos dois últimos meses analisados, bem como de audiências de prosseguimento, a Unidade Judiciária ainda carece de aperfeiçoamento.

O quadro abaixo mostra, em número de dias, o tempo de espera pelas audiências inaugurais e de instrução na Unidade Judiciária inspecionada.

Mês/Ano	Ordinário 1ª Audiência	Sumaríssimo 1ª Audiência	Ordinário Prosseguimento	Sumaríssimo Prosseguimento
<b>Pz Médio em 2010</b>	<b>38,25</b>	<b>26,58</b>	<b>135,58</b>	<b>0</b>
jan/2011	56	33	102	0
fev/2011	42	26	123	0
mar/2011	42	19	101	0
abr/2011	36	25	84	0
mai/2011	36	12	86	0
jun/2011	36	17	115	0
jul/2011	42	15	83	0
ago/2011	38	17	100	0
set/2011	31	19	140	0
out/2011	30	17	129	0
nov/2011	40	25	93	0
dez/2011	32	32	128	0
<b>Pz Médio em 2011</b>	<b>38,42</b>	<b>21,42</b>	<b>107</b>	<b>0</b>
jan/2012	62	36	169	0
fev/2012	49	26	158	0
mar/2012	54	23	145	0
abr/2012	39	29	222	0
mai/2012	50	20	161	0
jun/2012	51	21	93	0
jul/2012	50	20	102	0



ago/2012	38	35	128	0
set/2012	39	23	104	161
<b>Pz Médio em 2012</b>	<b>48</b>	<b>25,89</b>	<b>142,44</b>	<b>161</b>

## b) Média mensal de processos em pauta e dias com audiências

Completando os dados do quadro anterior, elenca-se o número de dias, por mês, em que houve audiências e o número de processos pautados.

Mês/Ano	Dias com Audiência	Nº de Processos na Pauta
jan/2011	13	101
fev/2011	16	124
mar/2011	15	131
abr/2011	14	128
mai/2011	19	207
jun/2011	16	131
jul/2011	16	110
ago/2011	18	127
set/2011	11	119
out/2011	15	113
nov/2011	11	88
dez/2011	9	112
jan/2012	11	81
fev/2012	9	136
mar/2012	18	147
abr/2012	15	131
mai/2012	18	163
jun/2012	16	120
jul/2012	18	164
ago/2012	18	169
set/2012	13	133



Assim, recomenda-se que, nos processos de rito sumaríssimo, seja observado o prazo de 15 dias, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, para designação da audiência inicial. Nos processos de rito ordinário, o prazo razoável para a audiência inaugural é de aproximadamente 30 dias. Quanto ao prazo médio para realização das audiências de prosseguimento basta que seja mantido abaixo de 180 dias.

#### 2.4. Processos em fase de execução

Em 2010, o número de execuções encerradas definitivamente superou em 15 o número de execuções iniciadas, contribuindo para a redução de 4,78% do saldo de processos pendentes em execução em relação ao período anterior. No entanto, essa redução não foi suficiente para o alcance da Meta 3 do CNJ relativa àquele ano, *Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais*. Destaca-se que o percentual de redução exigido pela meta só foi alcançado em setembro de 2012.

Em 2011, o número de execuções iniciadas superou ao de execuções encerradas definitivamente. Apesar disso, o número de execuções encerradas no período superou em 2 processos ao alcançado em 2010.

Mês/Ano	Iniciados	Desarquivados e Outros	Encerradas	Arquivo Provisório e Outros	Processos Pendentes em Execução	Situação em Relação a Dez/2009 (%)
Dez/2009	-	-	-	-	314	-
Total em 2010	193	20	208	16	299	-4,78
jan/2011	12	2	11	1	301	-4,14
fev/2011	30	2	13	5	315	0,32
mar/2011	13	1	10	0	319	1,59
abr/2011	22	0	9	6	326	3,82
mai/2011	18	0	18	5	321	2,23
jun/2011	19	1	19	0	322	2,55
jul/2011	16	1	26	0	313	-0,32
ago/2011	43	1	13	2	342	8,92
set/2011	30	1	53	0	320	1,91



out/2011	15	2	15	7	315	<b>0,32</b>
nov/2011	16	2	12	6	315	<b>0,32</b>
dez/2011	15	6	11	8	317	<b>0,96</b>
<b>Total em 2011</b>	<b>249</b>	<b>19</b>	<b>210</b>	<b>40</b>	<b>317</b>	<b>0,96</b>
jan/2012	8	5	11	0	319	<b>1,59</b>
fev/2012	20	3	15	9	318	<b>1,27</b>
mar/2012	12	2	10	7	315	<b>0,32</b>
abr/2012	20	10	10	0	335	<b>6,69</b>
mai/2012	9	11	29	0	326	<b>3,82</b>
jun/2012	6	1	17	0	316	<b>0,64</b>
jul/2012	37	92	59	25	361	<b>14,97</b>
ago/2012	5	1	15	3	349	<b>11,15</b>
set/2012	15	0	103	5	256	<b>-18,47</b>
<b>Total em 2012 (parcial)</b>	<b>132</b>	<b>125</b>	<b>269</b>	<b>49</b>	<b>256</b>	<b>-18,47</b>

Em relação ao ano de 2012, a Meta 17 do Conselho Nacional de Justiça, determina o *Aumento em 10% do quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011*. Assim, merece destaque o excepcional desempenho da Unidade Judiciária em relação às execuções encerradas no período de janeiro a setembro deste ano, haja vista que os números apresentados nesses nove meses já superam a exigência da meta para o ano, conforme apontado no quadro abaixo.

Execuções Encerradas em 2011	Meta para 2012	Execuções encerradas pela Unidade de Jan a Set/2012
210 processos	231 processos	<b>269 processos</b>

Ainda quanto à fase de execução, também é importante a redução do tempo médio de tramitação dos processos. O Plano Estratégico Institucional deste TRT, no tema "Acesso à Justiça e Efetividade" (Objetivo Estratégico 1) manda *Promover o cumprimento das decisões judiciais*. Descrição: *Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos*.



No que se refere ao indicador do tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução, observa-se no quadro abaixo que, em 2010 e 2011, a Unidade Judiciária conseguiu alcançar a meta estabelecida no plano estratégico. Além disso, os dados parciais obtidos até o mês de maio de 2012 indicam nova diminuição da média de dias em que os processos tramitaram na fase de execução. O lapso implementado pela Unidade Judiciária, nesses nove meses de 2012, indica que a meta será atendida.

Tempo médio de tramitação na execução (dias)	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	1.022	920	782	664	564	360
Situação da Unidade Judiciária						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	520,46	489,20	<b>413,68</b> <b>(até setembro)</b>	-	-	-
= Somatório dos dias transcorridos desde a data do trânsito em julgado até a data do arquivamento definitivo em todos os processos arquivados definitivamente, dividindo-se o valor alcançado pelo número de processos arquivados definitivamente.						

Diante disso, basta que a Unidade Judiciária mantenha o controle sobre o tempo de tramitação das execuções. Para tanto, indica-se a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG) e a consulta ao Banco de Boas Práticas disponibilizado na *Intranet*, a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução.

## 2.5. Valores arrecadados e movimentados, por rubrica

Mês/Ano	Custas e Emolumentos	Recolhimentos Previdenciários	Imposto de Renda	Pagamentos em Acordos	Pagamentos em Execução
Total em 2010	R\$ 79.430,05	R\$ 356.158,53	R\$ 256.041,16	-	-
Total em 2011	R\$ 71.313,23	R\$ 478.475,59	R\$ 260.845,29	R\$ 2.238.382,45	R\$ 2.062.587,42
Total em 2012	R\$ 46.097,06	R\$ 347.944,18	R\$ 173.946,46	R\$ 4.689.952,59	R\$ 4.605.498,39

## 3. Exame dos Registros

Os serviços da Unidade Judiciária estão informatizados, tendo sido examinados os registros eletrônicos, nos termos do art. 51 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – CPR e encontradas as irregularidades a seguir elencadas.



### 3.1 Registros de Carga de Processos a Advogados

Analisados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 26.10.2012, relativamente ao período de 01.01.2011 a 26.09.2012, não se constatou a existência de processos em carga com advogados com registro de prazo excedido.

**Assim, basta que o Diretor de Secretaria Substituto continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPR.**

### 3.2. Registros de Carga de Processos a Peritos

Examinados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 26.10.2012, relativamente ao período de 01.01.2011 a 26.09.2012, não foi constatada a existência de nenhum processo em carga com perito com prazo excedido.

**Portanto, basta que o Diretor de Secretaria Substituto continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPR.**

### 3.3. Registros de Carga de Mandados

Conforme os lançamentos do sistema informatizado – inFOR, no dia 26.10.2012, relativamente ao período de 01.01.2011 a 26.09.2012, não se verificou a existência de mandados com prazo de cumprimento excedido.

**Diante disso, basta que o Diretor de Secretaria Substituto continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPR.**

### 3.4. Registros de Carga de Processos a Juízes

Pelos dados colhidos no Boletim de Produção Mensal de juízes, em 26.10.2012, observou-se haver em carga com o Magistrado **Paulo Cezar Herbst** 22 processos pendentes de decisão, sendo 15 processos de cognição de rito ordinário, 6 processos de cognição de rito sumaríssimo e 1 processo de execução de rito ordinário.

**OBSERVAÇÃO.**

- O Juiz Substituto **Paulo Cezar Herbst** usualmente designa data para publicação das sentenças no encerramento da instrução.

**4. Análise de Processos**

Os processos examinados foram selecionados a partir de 2 listagens distintas, a primeira tendo sido expedida em 26.10.2012 e a segunda em 02.10.2012. A primeira lista foi extraída do sistema informatizado - inFOR e diz respeito a processos sem movimentação. Essa listagem totalizou 825 processos, dos quais foram selecionados, por amostragem, os que não receberam movimentação até 26.09.2012, ou seja, 30 dias antes da data em que a listagem foi extraída, e os que registravam prazo excedido. No exame dessa listagem, verificou-se a regularidade dos andamentos processuais gerados nos autos pela Unidade Judiciária. Assinala-se, por relevante, que o maior número de processos sem movimentação se refere aos protocolos e lançamentos dos meses de setembro e outubro de 2012. Contudo, em apenas 8 processos, a seguir relacionados, verificaram-se irregularidades, das quais decorrem as determinações e recomendações abaixo descritas. Portanto, destaca-se o eficiente desempenho da Vara do Trabalho inspecionada frente à totalidade de procedimentos a serem observados na atualização dos dados e andamentos processuais (letra "a").

A segunda lista, elaborada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC mediante consulta ao sistema inFOR, é decorrente de sorteio aleatório entre todos os processos da Unidade Judiciária, com fases e ritos processuais diferentes, e foi composta de 50 processos, dos quais foram solicitados para análise física 15 processos, abaixo relacionados (letras "b" e "c").

- a) Processos com irregularidades, oriundos da listagem dos 825 processos sem movimentação, conforme a consulta feita pelo sistema inFOR:

0097300-59.2008.5.04.0352	0075500-77.2005.5.04.0352	0000698-98.2011.5.04.0352
0000275-41.2011.5.04.0352	0000143-47.2012.5.04.0352	0000784-69.2011.5.04.0352
0000470-26.2011.5.04.0352	0078000-19.2005.5.04.0352	

- **Nos processos abaixo relacionados, determina-se a atualização dos andamentos no sistema inFOR:**

0097300-59.2008.5.04.0352      0075500-77.2005.5.04.0352

- **Nos processos abaixo listados, determina-se que sejam tomadas as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito:**



0000698-98.2011.5.04.0352      0000275-41.2011.5.04.0352      0000143-47.2012.5.04.0352  
0000784-69.2011.5.04.0352      0000470-26.2011.5.04.0352      0078000-19.2005.5.04.0352

- b) Processos analisados fisicamente, a partir da listagem dos 50 processos aleatoriamente sorteados, e que apresentam irregularidades durante o período analisado:

**Processo nº 0122400-21.2005.5.04.0352** – Os carimbos “Esta folha contém \_\_\_ documento(s)” das fls. 364-366 contém lacunas em branco, sem especificação de quantos documentos estão sendo juntados, bem como não estão rubricados pelo servidor.

**Processo nº 0096000-62.2008.5.04.0352** – Ofício reiterando o pedido de informações ao Juízo Cível da Comarca de Canela expedido em 23.11.2011 (fl. 261), tendo sido certificada a ausência de resposta somente em 10.05.2012 (fl. 261-v).

**Processo nº 0017900-59.2009.5.04.0352** – Certidão com espaços em branco (art. 171 do CPC – carimbo da fl. 120-v); ausência de carimbo “em branco” ou aposição de risco diagonal no verso da fl. 123.

**Processo nº 0000425-56.2010.5.04.0352** – Termo de recebimento de carga de processo sem identificação e cargo ou função do servidor (fl. 154).

**Processo nº 0000524-26.2010.5.04.0352** – Ausência de carimbo “em branco” ou aposição de risco diagonal no verso da fl. 74.

**Processo nº 0000750-31.2010.5.04.0352** – Termo de recebimento de carga de processo sem identificação e cargo ou função do servidor (fl. 147); termo de juntada da fl. 208-v sem rubrica do servidor.

**Processo nº 0000051-06.2011.5.04.0352** – Não foi observada a ordem de juntada de credenciais após a ata de audiência da fl. 35 (atos constitutivos foram juntados antes da carta de preposição); ausência do carimbo “Esta folha contém \_\_\_ documento(s)” no verso da fl. 103, com a respectiva rubrica, identificação e cargo ou função do servidor, conforme o disposto no art. 68, §2º, da CPCR.

**Processo nº 0000182-44.2012.5.04.0352** – Ausência de carimbo “em branco” ou aposição de risco diagonal nos versos das fls. 17-96, não certificado.

**Processo nº 0000228-33.2012.5.04.0352** – Ausência de carimbo “em branco” ou aposição de risco diagonal no verso da fl. 05; não foi observada a ordem de juntada de credenciais após a ata de audiência da fl. 11 (atos constitutivos foram juntados antes da carta de preposição).

- c) Nos processos nº 0006400-35.2005.5.04.0352, nº 0000383-70.2011.5.04.0352, nº 0000849-64.2011.5.04.0352, nº 0000037-85.2012.5.04.0352, nº 0000076-82.2012.5.04.0352 e nº 0000261-94.2010.5.04.0351, solicitados para análise física, não se constata irregularidades.

#### 4.1. Recomendações Específicas

Em face do exposto acima, atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;



- c) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;
- d) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- e) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nº 0096000-62.2008.5.04.0352;

## 5. Pressupostos de Admissibilidade dos Recursos

Na conferência dos processos examinados fisicamente, remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento expresso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 6. Dados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Com o advento da Lei nº 12.440/2011, de 7 de julho de 2011, foi instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), documento cuja apresentação passou a ser obrigatória pelos interessados em licitar com o Poder Público. A sua expedição pressupõe a existência de um banco de dados integrado de âmbito nacional.

Em face disso, a Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011, do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, instituiu o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT). Para composição inicial desse banco de dados, houve enorme esforço desta Justiça Especializada em todo o país. No âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, foi determinada a suspensão dos prazos processuais, assim como do atendimento externo nas Unidades Judiciárias de primeiro grau, no período de 12 a 20.09.2011, com esse propósito, conforme o Provimento Conjunto nº 11, de 31 de agosto de 2011, o que foi cumprido pela Unidade Judiciária inspecionada.

Porém, tão importante quanto o trabalho já executado é a constante alimentação do BNDT com os dados atualizados, a fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT. Dessa forma, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.



Em face disso, recomenda-se, em relação aos lançamentos no BNDT, que a Unidade Judiciária:

- a) faça a imediata inclusão dos dados do devedor que, devidamente cientificado, descumprir obrigação de fazer ou não fazer, no prazo previsto em lei;
- b) antes de efetivar a ordem de inclusão do devedor no BNDT, em caso de execução por quantia certa, determine o bloqueio eletrônico de numerário por meio do sistema Bacen Jud, nos termos do art. 655, I, CPC;
- c) feito o bloqueio eletrônico de numerário, registre no sistema, quando for o caso, a informação sobre a existência de garantia total da execução e, em caso negativo, o registro do débito junto ao BNDT;
- d) expeça periodicamente listagem de processos em fase de execução sem dívida registrada no BNDT, verificando se não é o caso de atualização das informações. Salienta-se que, na Vara do Trabalho inspecionada, há 73 processos nessa situação;
- e) efetue, com prioridade, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- f) efetue a devida anotação, no respectivo campo do sistema informatizado inFOR, quando há garantia da execução por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada, o que enseja a expedição de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT;
- g) utilize os convênios disponibilizados à Unidade Judiciária para obtenção dos números de CNPJ e CPF dos executados com débitos pendentes, possibilitando a inclusão de seus dados no BNDT;
- h) atente para os casos de retorno dos autos pendentes de recursos na fase de execução das instâncias superiores para atualização dos dados do executado no cadastro do BNDT, se for o caso;
- i) atente para os casos em que a execução provisória passa a ser definitiva, procedimento que exige a inclusão dos dados no BNDT, observando-se no caso o disposto nos itens “a”, “b”, e “c” acima.

## 7. Convênios

Verifica-se que a Unidade Judiciária é diligente quanto ao uso dos principais convênios disponibilizados pelo TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, TRE-RS).



## 8. Recomendações Gerais

Recomenda-se que os juízes de primeiro grau atentem para as seguintes orientações.

- a) determinem, de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal ao credor, sempre que, após a liquidação da sentença, for apurado que o valor devido é inequivocamente superior ao do depósito, nos termos do art. 18, V, “e”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- b) ao expedir Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, em fase de execução definitiva ou provisória, levem em conta a dedução dos valores já depositados nos autos, em especial o depósito recursal, nos termos da Resolução nº 180 do TST, de 05.03.2012, que atualizou o texto da Instrução Normativa nº 3/1993, item II, letra “g”;
- c) sejam promovidas audiências semanais para tentativa de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, nos termos do art. 77, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho; e
- d) ao redirecionarem a execução, em observância ao art. 79 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, determinem a inclusão do novo executado no polo passivo da relação processual e a alteração dos registros correspondentes, bem como promovam a citação do novo executado, nos termos do art. 880 da CLT.
- e) frequentem atividades de formação continuada pelo período mínimo de 40 horas-aula por semestre, em atividades presenciais e/ou a distância, conforme previsto nas Resoluções nº 01/2008 e 09/2011 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT)<sup>1</sup>.

## 9. Recomendação Final

Recomenda-se que o Diretor de Secretaria Substituto dê imediata ciência a todos os servidores lotados na Unidade Judiciária dos provimentos e orientações expedidos por esta Corregedoria Regional, com ênfase a este Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para informação pormenorizada sobre a adoção das medidas

<sup>1</sup> No segundo semestre de 2012, o período mínimo de horas-aula para os Juízes vitalícios é reduzido em 50% (20 horas-aula), conforme previsto na Resolução nº 10/2012 da ENAMAT.



**necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.**

## **10. Agradecimentos e Encerramento**

Merece especial registro a cordialidade dispensada pelo Juiz Paulo Cezar Herbst, pelo Diretor de Secretaria Substituto Augusto Gomes de Freitas Vidal e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária à equipe responsável pela inspeção correcional, prestando importante colaboração para o seu bom encaminhamento. E, para os devidos fins, é por mim, Bruna Calsing, Assessora Jurídica da Corregedoria, lavrado o presente Relatório de Inspeção Correcional, que é assinado pela Corregedora Regional Cleusa Regina Halfen.

**CLEUSA REGINA HALFEN**  
**Corregedora Regional**